

## **SOBRE TRABALHADORES:**

Contradições e conflitos ao viver a cidade no século XXI (Uberlândia-MG)

SHEILLE SOARES DE FREITAS\*

O desafio de dialogar com os sujeitos propondo colocar em movimento o que experimentamos em sociedade traz enfrentamentos e reticências ao pragmatismo acadêmico. Talvez porque a questão perpassa não só a produção de entrevistas e os seus usos na escrita da história, mas, fundamentalmente, porque esse procedimento explicita os limites de nossas convicções e encaminhamentos sobre a realidade; seja qual uso de fontes fizermos.

O interesse é compreender o processo de interpretação das fontes como provocador de novas evidências, assim como um caminho de articulação do historiador diante as possíveis narrativas e narradores com os quais se defronta. Tudo isso, faz o procedimento do nosso trabalho ter visibilidade pelo suposto que o orienta e pela dimensão que as fontes ganham em nossas discussões e debates.

Ao problematizar as relações sociais em Uberlândia/MG, destaco a dificuldade de valorar as disputas presentes na produção e uso das fontes. Pois, repercutir o processo de transformação da cidade, voltando-se para o modo como as relações sociais são construídas nessa dinâmica, exigiu recolocar, constantemente, explicações e práticas canonizadas sobre certa história da cidade, indicada em uma genealogia de datas e personagens, orquestrados em uma agenda classista e desigual.

Ao mesmo tempo em que encaminhei essa análise, foi necessário considerar os sentidos contraditórios que eram formulados sobre o que compunha a experiência social na cidade de Uberlândia, enquanto práticas representativas de relações capitalistas comuns à sociedade contemporânea. Os modos de viver dos trabalhadores, diante os limites e pressões sociais, colocaram-se como o foco a ser problematizado, tendo como

---

\* Doutora em História pela PPGH/UFU. Professora Adjunta do Curso de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. Este artigo é resultado de pesquisa e debates do período de produção da Tese de Doutorado, financiada pela FAPEMIG (2006-2009), intitulada “Por Falar em Culturas... Histórias que marcam a cidade. Uberlândia/MG”, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Heloisa Helena P. Cardoso. Email para contato: [sfsheille@gmail.com](mailto:sfsheille@gmail.com)

expectativa a percepção dos protagonismos de suas ações e as contradições que compõem essa atuação. Isso sugeriu polemizar a construção que apontava as relações sociais como harmônicas e sintetizadas em uma versão e, ao mesmo tempo, indicar que havia muitas histórias e confrontações a descortinar, enfatizando-as enquanto pauta do debate historiográfico do tempo presente (ALMEIDA, CALVO, CARDOSO, 2005: 11-38).

Dona Ana Maria, foi representativa desse processo, pois possibilitou, a partir de nossa conversa, que o desafio a que me propus tivesse como ponto de partida o olhar conjunto que lançou sobre o presente, o passado e o futuro. A percepção da cidade, em uma dinâmica incômoda nesses últimos cinquenta anos, ritmou seu repertório ao longo da entrevista. Desde o início, sua fala motivou a reflexão sobre como as experiências dos trabalhadores emergem do que trazem junto ao longo de sua trajetória, do que vivem e do que esperam viver ao longo do processo de transformação da sociedade. Com esse encaminhamento, a produção de memórias apresentou-se como a expressão das relações construídas no tempo e sobre ele, sendo elaboradas a partir da experiência social constituída no processo histórico:

*Dona Ana Maria: Eu acho assim, que eu vivo muito no passado, eu lembro, eu até sonho com o que eu vivia. Aquilo é que era bom...*

***Será que é porque a senhora vive do passado, ou não gosta do presente?***

*Dona Ana Maria: Não, eu acho que eu não gosto também do que eu vivo no presente. Quero mudar daqui de Uberlândia, quero uma cidade mais tranqüila. Eu inclusive vô morá em Pedrinópolis [Goiás] quando meu marido aposentá. Eu acho que cresceu assim, desordenadamente. Uberlândia acabô! Muitos problemas, difícil demais, é violência, pobreza, pra todo canto. (Entrevista da autora com dona Ana Maria em 10 de agosto de 2006).*

Essas marcas de sua trajetória, que hoje remetem a uma dificuldade de seguir adiante nessa cidade, destacam o enredo em que dona Ana Maria formula a sua mudança para Pedrinópolis, uma cidade com pouco mais de 3.500 habitantes, conforme os últimos índices do IBGE. Ela sugere que nesta cidade as relações se deem com menos evidenciações da desigualdade social, uma assertiva que merece ponderações, porque os “muitos problemas” não se limitam a Uberlândia. Ainda que procure acomodar em Pedrinópolis o projeto de cidade que gostaria que Uberlândia tivesse realizado, isso não significa a sua efetivação.

Com pouco mais de 600.000 habitantes gostaria que Uberlândia conjugasse uma cidade com conhecidos de toda uma vida, sendo uma região “desenvolvida” e também “tranquila”. Um lugar que produzisse mudanças, partindo de uma noção de “progresso” que tem como proposta apenas uma direção para as transformações, onde as alterações sociais, identificadas por dona Ana Maria como “desenvolvimento”, deviam prevalecer. Percebe que conseguiu se refazer nesse processo, materializando em grande medida o que almejou enquanto progresso particular. Ao fazer essa reflexão, olha para os que não conseguiram esse percurso como se fossem “problemas” que deviam ser resolvidos pela Administração Pública:

*[...] Esse bairro Esperança que é muito perigoso aqui, eles fala né, pra mim não é perigoso não, a gente até cumprimenta o pessoal ali, mas é perigoso, lógico que é né? (...) aqueles terreno foram doado pro pessoal. Ai eles fizeram mais, óbvio, pra cidade crescê, fizeram o Alvorada lááááá naquela lonjura, sem nada. (Entrevista da autora com dona Ana Maria em 10 de agosto de 2006).*

Essa prospecção em grande medida advém de uma análise da sociedade que aponta limites para o que almeja enquanto classe média: ficar distante do que elencou como “perigoso” que, a seu ver, em Uberlândia está “pra todo canto”, inclusive como bairro vizinho ao seu, o bairro Esperança. Seu incômodo perpassa o que identificou como sendo “desordenadamente”, como se o “crescimento urbano” não atendesse, ou previsse, a separação classista necessária, isto é, a efetivação do “lugar de cada um”. Por isso, incomoda-lhe tanto a cidade compartilhada com trabalhadores que traduzem pressões e desigualdades que fazem a cidade ser um espaço em disputa por modos de viver, que concorrem e limitam a proposição de certa racionalidade urbanística.

Racionalidade essa que muitas vezes compôs o debate acadêmico a partir da noção de “especulação”, ou mesmo da ação de “periferização” e “segregação social” (MOURA; SOARES, 2009). Explicações construídas enquanto sínteses das relações classistas no território comum da cidade. Entretanto, essas formulações necessitam de uma problematização, indicando que o conceituar práticas esbarra na dinâmica em que elas acontecem e se refazem, desnaturalizando sua conformação na redoma conceitual.

Rolnik, ainda que avance na reflexão sobre essa problemática, indicando as desigualdades que compõem as práticas urbanísticas, pensa a partir do papel primordial da urbanização no processo de constituição da cidade. A autora indica a exclusão como

marca da feitura das relações urbanas, mas não apresenta um encaminhamento para fora de uma proposta de novo planejamento urbano (ROLNIK, 2002). Essa postura sugere maior reflexão sobre o que os sujeitos sociais estão vivendo ao experimentar esse universo citadino, assim como a percepção do que propõem enquanto produção de territórios e confrontações de interesses nas ocupações de seus espaços. Pois as relações não são apenas duais, mas, ao mesmo tempo, divididas e entremeadas. Por isso os conflitos são tão tênues, constantes e incômodos à pauta “urbanística” dos grupos hegemônicos (FENELON, 2009). Ao fazer essa ponderação, emergem valores balizados em condições de classe distintas e concorrentes, tanto pelas urgências da sobrevivência que pressionam os trabalhadores, tanto pela materialidade restrita que eles têm como campo de disputa por um viver melhor.

A postura de dona Ana Maria, ao se defrontar com a imagem contrastante de casas que avizinham a sua, traduz uma noção de desordem explicitada pelo distanciamento de classe que ao longo desses anos viu se efetivar nessa relação de vizinhança. Sua condição de família de trabalhador mudou, são trabalhadores de classe média agora. Com isso, expressa mudanças desiguais no terreno comum da cidade, pois o que formula como “as coisa não acompanhô” o “crescimento”, é olhar para aqueles que trilharam caminhos próximos aos seus e não se identificar, como antes, com seus modos de viver. Diferente daqueles que nasceram em condições de classe privilegiadas a experiência de dona Ana Maria lida com as contradições de percorrer a cultura dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, aspirar por uma outra condição de classe, um outro universo de relações, portanto não é apenas apontar distinção, mas é produzi-la enquanto expectativa de vida.

Mas, não é só dona Ana Maria que promove tal diferenciação social, mesmo entre aqueles que nomearíamos como “trabalhadores do processo de desfavelamento” e, nesse caso, envolvidos na produção e moradia no bairro Esperança, as identificações não são mecânicas. As práticas do Poder Público ao lidar com a presença de trabalhadores, desempregados e pobres da cidade, como uma massa homogênea de um “problema social” são questões que incomodam aqueles que propõem olhar para a movimentação dos trabalhadores diante as relações classistas. Santos (2009) foi um desses:

*A reportagem do Jornal Primeira Hora, periódico criado pelo grupo peemedebista, ligado ao Prefeito Zaire Rezende, construiu a seguinte narrativa a partir do encontro com o Sr. Urias:*

*Urias contou que também já foi procurado pela Secretaria de Ação Social para que deixasse o local, só que não aceitou e nem aceitará, se antes não tiver suas exigências cumpridas. “Eu não aceito ir lá para o Esperança, lá não tem condições da gente morar, eu já sou um velho e tenho aqui a minha chacinha, de onde tiro o sustento para mim, minha mulher e duas netinhas que eu crio (...) o dinheiro da aposentadoria não dá nem para o café (...) Se eu for lá para o Esperança, não vai ter jeito de trabalhar, pois é aqui que eu tenho a minha chacinha. Além disso, lá não dá para plantar nada, porque o terreno é pequeno e mesmo porque é só areia. E tem também o problema de que lá só mora quase que gente atoa. Eu já falei para eles (referia-se aos agentes da Secretaria de Ação Social) que das 180 famílias que eles afirmam que levaram para lá dizendo que eram daqui da ‘Beira do Rio’, não tem nem dez. Eles levaram para lá foi só gente atoa, maconheiro, pinguço, tirador de esmola, pai de família mesmo, trabalhador honesto, eles não levaram quase ninguém”. (FAVELADOS do Uberabinha não querem ser transferidos. Jornal Primeira Hora. Uberlândia, 20 ago. 1986, p.9).*

*Não é tranqüilo perceber que quem foi recriminado pelo Poder Público, mas que provavelmente também tenha sido qualificado pejorativamente por muitos outros moradores da cidade, frente à designação de favelado, elabore a compreensão apresentada pelo Sr. Urias para qualificar os moradores do bairro Esperança. Mas essa desqualificação foi[e] é partilhada por outros moradores da cidade, mesmo entre os trabalhadores como Urias.*

*[...] Essas contradições não podem ser ignoradas. Elas compõem o repertório de valores presentes nas relações de muitos trabalhadores ao viverem a cidade. O Sr. Urias, que argumenta frente à injustiça de ter o modo como vive alterado e comprometido pelos interesses defendidos pelo Poder Público, é capaz de se identificar com muitos trabalhadores, mas também de se distanciar de muitos outros [...]*

*Ser trabalhador honesto, pai de família, condição que considerou para si e para alguns outros, conforme seus valores, é diferente de quem usa maconha, bebe pinga e pede esmola. Joga com esses princípios ao se relacionar com o Jornal Primeira Hora, procurando legitimar sua permanência nas margens do rio, ou mesmo como um modo de argumentar para que tenha suas reivindicações atendidas.*

*[...] Procurou, portanto, diferenciar-se dos sujeitos com os quais o Poder Público o identificava como iguais. Mas precisava ter cuidado, porque tinha que sustentar a condição de trabalhador, mas honesto, para conseguir negociar melhor o que seria sua expulsão do lugar que ocupava na cidade.*

*Essa ação, formulada em sua prática de diálogo com a imprensa, expressa sua atuação nas condições de desigualdade que vivia. Sabia das dificuldades, percebia que os jornalistas foram ali criminalizar a sua resistência em sair das margens do rio. Mas enfrentava suas dificuldades da maneira como compreendia sua vida, a partir das relações em que se envolvia e se movimentava na cidade. Tinha como referência os valores e as expectativas que sustentava em sua conduta. Lutava por elas, as defendia como condições de se viver melhor na cidade, era seu local de moradia, trabalho, segurança. (SANTOS, 2009: 54-56)*

Essa proposição de Santos (2009) sugere os limites ao chamado assistencialismo e as divisões que certos trabalhadores não abrem mão de fazer ao se colocarem diante a necessidade de moradia e trabalho e se confrontarem com o lugar que outros querem determinar para ele. Mesmo em uma correlação de forças desiguais, o senhor Urias

identifica as dissidências e problematiza a positividade da produção do bairro Esperança e do desfavelamento. A seu ver, a desigualdade permanece e, talvez, possa piorar, à medida que a visão dominante pensa os sujeitos no coletivo, deixando de lado as peculiaridades que compõem os modos de vida dos trabalhadores. O que, em grande parte, corrobora para que seja visto como dona Ana Maria definiu o bairro Esperança, com morador perigoso, desocupado e promovedor de violência.

Grande parte das ações da ronda social da polícia acontece visando moradores de rua e trabalhadores identificados como sendo moradores de bairros violentos e com alta criminalidade, enquadrando-os em albergues e na cadeia pública. Em outra atuação, feita pela assistência social pública, tem como foco remover esses sujeitos, ou tentar removê-los, de um lugar a outro para que não estejam tão expostos à visibilidade na cidade.

Essa reflexão não ficou apenas nas páginas policiais, nas ações sociais, ou nas formulações de dona Ana Maria em nossa conversa em 2006, quando rememorou esse processo da década de 1980, articulando-o ao seu convívio atual. Esse modo de olhar para essas relações também dialoga com o como elas foram rememoradas todo esse tempo, marcadas por determinados interesses de classe que, contraditoriamente, expõem, em doses módicas e fragmentadas, a visibilidade de um lugar violento e pobre:

*No bairro Esperança, em Uberlândia, apontado como um dos lugares de maior incidência de drogas, a palavra esperança ganha um novo sentido. Não é mais sinônimo de perigo. Até algum tempo atrás para entrar na localidade era preciso pagar pedágio; ônibus, táxi e entregadores de mercadorias não transitavam pelas ruas e cidadãos não saíam à noite. Embora se registrem ainda várias ocorrências — somente na semana retrasada, a PM anotou, pelo menos, 10 casos envolvendo tráfico e uso de drogas e roubo a transeuntes — os cerca de mil moradores do lugar já não sentem tanto medo como havia antigamente. Porém, o silêncio dos moradores continua sendo lei quando alguém toca no assunto de tráfico. Desde o ano passado, moradores e voluntários de outros bairros estão dispostos a mudar a imagem da localidade. O trabalho está sendo feito pela Associação de Moradores e por entidades sociais "Durante 18 anos o coletivo ficou sem entrar aqui; agora tem até ponto final aqui", salienta a presidente da associação, Maria de Jesus Alves da Silva. (POPÓ, Pedro. Problemático, Esperança tenta mudar sua imagem. Projetos Culturais são implementados para tirar jovens da rua e da droga. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 10 de abril de 2005.).*

Mesmo quando o Jornal produz uma matéria indicando a positividade das mudanças implementadas pelo Poder Público, não deixa de reconstruir uma trajetória de “sinônimo de perigo” ao bairro Esperança, indiretamente reforçando e dando

sustentação a construções como a apresentada por dona Ana Maria. Outro ponto importante, é que essa noção não é construída pela imprensa fora do Esperança, o Jornal tenta indicar que o receio e visão de perigo é vivenciada pelos que moram no bairro, que querem mudar “a imagem” do Esperança e não terem “medo” dos traficantes.

Com essa formulação o repórter Pedro Popó consegue retirar o olhar de intervenção de classe e coloca, tanto o que é vivido como o que se quer transformado, como uma produção dos próprios moradores da “localidade”, desvinculando a organização social hegemônica de atuar para que esse modo de viver fosse dessa e não de outra forma. Em nenhum momento é mencionada as condições em que esses “cidadãos” vivem tendo que continuar na desigualdade de possibilidades de mudança.

Na mesma direção, a produção do quadro “Eu amo meu bairro”, da Rede de TV Integração-Globominas, divulgado no Portal Megaminas (2010), também se formula uma prática contraditória e, ao mesmo tempo perversa, de denúncia e conformação de lugar marginalizado ao bairro Esperança. A produção se faz como o espaço da população no programa jornalístico diário da emissora. Entretanto, exime-se a partir daí do que ela irá elencar enquanto expectativa de mudança e como se localiza no campo de desigualdades sociais. O meio de comunicação propõe-se como mediador das relações, entretanto procura traduzir essas práticas como um histórico de pobreza e “problemas” a ser superado com o esforço de todos. Mais uma vez a noção coletiva tenta explicar e padronizar o perfil de morador e o viver dos trabalhadores na cidade, pois os problemas são do bairro, e não dos sujeitos sociais que vivem nele. Ao essencializar as questões em um ente coletivo os sujeitos perdem força de atuação e aparecem como à espera de intervenções para a coletividade.

Nessa direção, a produção de Naves (2010) também recompõe esse histórico explicativo da origem a partir do desfavelamento e de um processo de tentativa de “recuperação” do bairro de sua condição marginalizada, indicando que:

*O Bairro Esperança possui uma boa localização, mas devido ao estigma que possui de ser um bairro violento, não agrega valor de venda de imóvel. Uma parcela expressiva dos moradores que moram no bairro a menos de dez anos é de pessoas que vieram de outros bairros pobres da cidade, após conseguirem comprar sua casa por um preço inferior ao do mercado. Uma porcentagem dos moradores comprou o imóvel de terceiro e continua morando ali. Nas conversas cotidianas, a maioria da população gosta de*

*morar no bairro, apenas reivindica que é preciso que os órgãos públicos dêem atenção merecida ao bairro. Segundo um morador; [...] “Nós somos discriminados de todo jeito. Ninguém gosta de passar dentro do bairro porque tem medo. Aqui a maioria das famílias são pessoas do bem. Nós sozinhos não conseguimos nada. Aqui tinha uma tal de associação de moradores que podia trabalhar para a comunidade, hoje não existe mais. Entra ano, sai ano, estamos sem ninguém para erguer o bairro.” (Entrevista realizada com J.N).(NAVES, 2010.: 43)*

Essa composição do que é agregado ao “valor do imóvel” é o que nos importa, ou seja, o modo de vida desses trabalhadores e a condição de classe em questão. A cobrança que a autora parece compartilhar com os trabalhadores indica também que uma ação assertiva dos órgãos públicos poderia alterar tal situação de “discriminados”. Mas, quando a autora indica que “a maioria da população” diz que gosta de morar no bairro, isso quer dizer exatamente o quê? Talvez reflita que na relação com a pesquisadora não quiseram deixar de valorizar a decisão de morar no Esperança, podem até apontar questões a serem resolvidas, mas dificilmente irão assumir um posição de repúdio ao lugar em que vivem, até mesmo porque poucos têm como campo de possibilidade saírem dali.

O bairro Esperança vem há mais de 20 anos se fazendo e até hoje os trabalhadores que residem no bairro ainda precisam dizer que “a maioria das famílias são pessoas do bem” como se a conjugação pobre-violência-perigo social fossem uma marca que não se arrancasse de sua trajetória. Pois nesse sentido, o “onde mora” e “como vive e trabalha” faz toda a diferença na hora de indicar como devem ser compostas as matérias sobre os territórios da cidade e que práticas de controle social precisam ser implementadas.

Mas essa condição do bairro Esperança não é única e nem mesmo recente na cidade de Uberlândia, o morar às margens de córregos e rios compõem a produção da cidade (FREITAS, 2009). E traz para dona Ana Maria leituras diferentes e contraditórias do processo histórico, pois quando convivia com certos trabalhadores na década de 1960 e 1970 não conseguia, com a tranquilidade de hoje, dizer que era “gente malandra” ou “favelada”:

*(...) mais antigamente inclusive [até meados da década de 1970] Uberlândia não tinha favela.*

***Não tinha?***

*Dona Ana Maria: Não tinha. Aqui em Uberlândia não tinha favela, tinha as casa de gente pobre, (...) sabe onde que tinha umas casinha pobrezinha aqui? Aqui onde é a Rondon, ali onde é aquele cruzamento com o Tibery, é o*



*único lugar. Inclusive eu conheci muita gente ali, tudo gente muito trabalhadora, honesta (...) elas lavava roupa, passava. Os moço trabalhava também na arroizera, nas carroça, não era favelado. Hoje, pra todo lado tem. Aumenta a violência né? (Entrevista realizada com dona Ana Maria em 10 de agosto de 2006).*

Se em um momento sai na defesa dos trabalhadores que viviam nas margens de córregos “em taperinhas”, em “casa pobrezinha”, pois os via trabalhando na cidade e nas casas, dizendo que conheceu “essa gente pobre”. Hoje, dona Ana Maria nomeia “esse tipo de gente”, como “gente perigosa”, a começar pelos seus vizinhos, que até “cumprimenta”, mas que coloca sob suspeita o pertencimento deles à cidade, pois como insiste, a presença deles “aumenta a violência, né?”. Dona Ana Maria sabia até mesmo as atividades que os trabalhadores, moradores das proximidades do córrego no bairro Tibery, realizavam, o que a seu modo retira deles a tipificação de favelados. Contudo, não se identifica mais com muitos daqueles que compartilham com ela a cidade há tanto tempo. Se antes trabalhadores pobres era gente “honesto” e “trabalhadora”, hoje grande parte desses sujeitos é uma vizinha indesejada.

Minha surpresa com sua afirmação de que não havia favelas na cidade, não lhe causou recuo em sua formulação. Tínhamos propósitos diferentes: eu queria perceber que o valor que colocava naquelas relações, traduzia que reconhecia o direito das pessoas à cidade, mesmo em suas desiguais dimensões, por isso não os identificando como favelados. Mas, prosseguindo a conversa apontou, no seu convívio atual, a dificuldade em lidar com os moradores do bairro Esperança, e, contraditoriamente, tropeça nas suas identificações, “pra mim não é perigoso não, a gente até cumprimenta o pessoal ali, mas é perigoso, lógico que é né?”.

Mesmo que o Esperança seja um bairro, isto é, não é dentro da “tipologia urbanística” uma favela, a historicidade de sua construção marca as relações que dona Ana Maria insiste em ressaltar, “favelado que veio pra cá com doação”. A noção de “doação” foi produzida a partir do repertório histórico que noticiou e ainda noticia que essas casas foram construídas em mutirão, com materiais a baixo custo e parcelados pelo Poder Público, indicando uma população majoritariamente advinda, na década de 1980, das margens do rio Uberabinha, em um processo sugerido pela Prefeitura, como “desfavelamento”, retirada desses moradores daquela região (MENDES, 1984).

Mendes (1984) propondo apresentar o processo de mutirão no bairro Esperança trouxe em sua matéria várias imagens desse trabalho de produção das casas, da ação coletiva dos novos moradores e da Prefeitura. Uma das fotos que acompanham a matéria, trazendo o descampado a ser coberto por novas moradias, traz como legenda uma mensagem que explicita a condição sugerida a esses trabalhadores nessa relação com o Poder Público, “O sonho da casa própria está se tornando realidade para os favelados do Uberabinha”. Com essa ênfase de melhoria para os favelados, a composição da narrativa de dona Ana Maria sobre esses trabalhadores encontra respaldo, e quando produz sua noção de favelado diante a experiência social compartilhada, ratifica uma produção de memória que os congela na condição de “favelados” e “perigosos”, assim como na recorrente noção de “discriminados”.

O indicativo de dona Ana Maria sobre os problemas na saúde foram apontamentos iniciais de questões que culminam em relações de classes que não conseguem, a seu ver, serem resolvidas pelos dirigentes da cidade, de uma cidade que considera ser parte. Dona Ana Maria acredita que são “questões da prefeitura”, tanto o mau atendimento nas UAIs (Unidades de Atendimento Integrado), quanto a proliferação do que identificou como “favelas”.

*Dona Ana Maria: A cidade cresceu, mas as coisa não acompanhô, vê só nos UAI [Unidade de Atendimento Integrado], cê fica aí jogado nessas UAI igual cachorro, inclusive eu já nem vô mais, vô na farmácia é melhor.*

***Mas a senhora não tem medo de se medicar errado?***

*Dona Ana Maria: Que nada! Os farmacêutico dão mais atenção pra gente do que os médico. Porque lá, quando cê chega a ser atendido, não dá tempo nem de sentar, não é? Tô falano a verdade. (Entrevista da autora com dona Ana Maria em 10 de agosto de 2006).*

Contudo, se dona Ana Maria consegue “resolver” pendências menores da saúde indo à farmácia, para pendências mais graves precisa remediar a situação, utilizando de sua condição de classe média com convênio médico limitado, mas suficiente para diferenciá-la de grande parte dos trabalhadores. Porém, a vizinhança, a desigualdade que é terreno comum na cidade, não tem como ser apagada da visibilidade e convívio social. Por isso, o “mudar daqui” é construído como expectativa de solução possível, para o que não suporta em “cidade grande”.

Ao indicar o atendimento público de saúde como inoperante, dona Maria tenta justificar uma condição inaceitável com relação ao atendimento e urgências da saúde na

atualidade. O farmacêutico, reconhecido como um interlocutor mais próximo e interessado em sua causa, já que recebe por isso, propõe conquistar a confiança da sua cliente, ainda que essa relação não inspire um cuidado mais assertivo e com qualidade para esses momentos de recusa das Unidades de Atendimento Integrado. Uma menção que trouxe a recordação de uma condição mais dura e mais desigual, de um momento em que ainda se considerava de família de “trabalhador pobre”, “diferente de nível mesmo, da pessoa ter dinheiro e a gente num tê, né?”. O que indicou não só perdas familiares, como a morte da irmã por um agravamento de saúde em meados da década de 1970, mas uma mudança no modo de viver:

*Dona Ana Maria: O centro mesmo [década de 1960/70] era ali no Edifício Tubal Vilela, né?*

***E como que a senhora identifica esse lugar, por que ele é o centro?***

*Dona Ana Maria: O centro é assim, porque tinha as loja, os banco. E hoje tem banco em tudo quanto é lugar. Hoje não, hoje o bairro Brasil é considerado centro. Antigamente não, isso aqui era vila. Nem bairro num era, era vila Brasil, vila Operária, era assim. [...]*

***Mas está todo mundo aqui até hoje?***

*Dona Ana Maria: Nada. Muita gente foi mudando, até a gente, quando começo, foi saindo de onde tava. Eu já tô bem mais longe da Antônio Crescêncio [antiga Vila Operária, bairro Aparecida] do que meu pai, não é? [17 quadras acima]. Mas os daqui também mudaram, venderam, ganhô um dinheiro com a melhora daqui. Hoje o IPTU é caro e o bairro não é mais vila, é de classe média, centro [...]*

***Mas como que a senhora começou a perceber que a cidade começou a crescer? Assim, deixar de ser esse “miolim” esse “trem piquininin” que a senhora tava dizendo, e começou a aparecer outras coisas, aumentar os bairros. Como que a senhora viu, quando foi mais ou menos que a senhora começou a perceber isso?***

*Dona Ana Maria: [...] Não. Crescia muito poco. Inclusive nós vendemo a nossa casa na Antônio Crescêncio e compramo aqui no bairro Brasil, que os meus pais moram até hoje, né? Ali na Avenida Maranhão. Até então, ali era fossa, quando nós compramo a nossa casa aqui.*

***Quando vocês mudaram pra lá?***

*Dona Ana Maria: Era fossa... isso tem 31 ano [+/- 1974], depois de uns 10 ano é que pois, que ês puseram esgoto...*

***10 anos?***

*Dona Ana Maria: É. E depois de muuuuito tempo é que pois asfalto. Aí Uberlândia começou a expandi né, por aqui. [...] Começô a tê terreno pra vendê. Até inclusive, aqui ó [apontando para a região em que mora desde que casou, em 1976, também localizada no bairro Brasil], aqui era nada [...] aqui era fazenda, fala, consta no documento [escritura], isso aqui era fazenda [...]*

***Pois é, mas aí, se a gente for pensá que aqui não tinha nada, quem começou a vir pra cá? Foram pessoas que moravam aqui ao redor? Ou comerciantes...***

*Dona Ana Maria: [...]isso aqui era bairro de gente pobre morá. Inclusive nós viemo morá aqui, nós fomo os primero residente daqui do bairro Brasil. Saimo da Antônio Crescêncio, que já era muito assim... os outro falava assim: “vilenada, fubazada”, era assim que a gente era, morava em lugar de*

*pobre [...] A gente era discriminada, o pessoal era discriminado porque morava em vila [...]*

***Vila era os lugares mais...***

*Dona Ana Maria: Que era é... hoje aqui é um bairro de gente de classe média, né?*

***Naquela época...***

*Dona Ana Maria: Era de gente pobre. Então, até meus primo [...] falava que nós éramos uma fubazada [risos], porque morava em vila né?*

***E eles moravam onde?***

*Dona Ana Maria: na Coronel Antônio Alves, ali no centro.*

*[...]Meu pai fez um negócio meio loco. Vendeu nossa casa da Antônio Crescêncio, sem pricisão nenhuma [...] Aqui na Maranhão [doze quadras acima da rua Antônio Crescêncio], aqui não tinha nada. Enquanto lá na Antônio Crescêncio, tinha tudo né? Os armazém de esquina, o movimento [...] aqui tinha que saí loooonge pra comprá.*

***O nada aqui é assim, tanto de asfalto, de comércio, de ônibus...***

*Dona Ana Maria: Poeira demais... tudo!*

***Não tinha?***

*Dona Ana Maria: Não. O meu pai vendeu lá, comprô aqui. Ah! Ele construiu uma casa ali, lá na Alagoas [15 quadras acima da rua Antônio Crescêncio], perto daquela Churrascaria Porto Alegre e num teve como terminá. Aí vendeu essa casa lá, da Alagoas, e comprô essa daqui [rua Maranhão, 3 quadras abaixo da rua Alagoas]. [...]*

***Aí mudô o terreno? Lá era maior e o daqui menor?***

*Dona Ana Maria: Era. Lá a casa que eu morei na Antônio Crescêncio tinha 15,5 por40. E esse aqui é 10 por 25. (Entrevista da autora com dona Ana Maria em 10 de agosto de 2006).*

Para ela, esse modo de produção da cidade de Uberlândia permite que não credite a determinados trabalhadores o pertencimento à cidade, mas sim a produção da desordem, pontuada na violência e na insegurança do seu viver. Quando coloca junto a formulação sobre os moradores do bairro Esperança, as limitações atuais do atendimento médico-hospitalar, a construção de bairros distantes, “sem nada”, o crescimento urbano sobre áreas de fazendas, e, ainda, a inexistência de favelas no passado da cidade, indica o quanto é predominante o encaminhamento explicativo de causa e efeito em um processo naturalizado e esterilizado de contradições quando a narrativa se pauta pela estrutura social.

Podíamos elencar vários eixos teóricos que dariam sentido a essa explicação, desde a noção de especulação imobiliária, de precarização de condições de vida, falta de atuação do Estado, processo migratório, urbanização, até mesmo a explicação pelo progresso da sociedade. Mas tenho que reconhecer que se considero tais formulações bem limitadas, as tipologias sociais e explicações macroestruturais ainda permanecem como formulações mais ordinárias, por mais que fiquemos a nos debater contra elas.

Ao recolocar minhas impressões, retomei as fontes, procurando nelas não só as inquietações, os problemas, mas, também, como eles são encaminhados em seu enredo, isto é, os “comos” e os “porquês” que nos aproxima de evidências e da dinâmica das relações sociais. Um processo de identificações contraditórias que são produzidas ao longo de trajetória pessoais na composição de sua experiência social. As narrativas e narradores permitem que nos confrontemos com as práticas sociais e suas formulações na produção de memórias, percebendo, nessa composição, como os trabalhadores se colocam e se veem no processo histórico. As entrevistas instigam e potencializam tal reflexão, mas o sentido de produção interpretativa da história não se encerra aí, está nas diversas fontes e nos diferentes caminhos construídos pelos trabalhadores para protagonizarem suas expectativas e necessidades.

Os tempos e as experiências possuem outras determinações que não as reunidas em conceitos pré-formatados (PORTELLI, 2004). Atualmente, dona Ana Maria mora em uma região “integrada” ao que é considerado pelo Poder Público como centro comercial da cidade. Para ela essa “ascensão no zoneamento urbano” diz sobre a sua mudança de status e permanência naquele bairro. Pois conseguiu deixar de ser moradora de loteamento para “gente pobre morá” para compor o que denomina como um “bairro de classe média”. Prática de mudança que satisfaz em parte sua aspiração, mas que promove, ao mesmo tempo, alterações significativas para aqueles que não só mudaram do bairro para que ele compusesse novo público e nova visibilidade, mas foram se fazer em caminhos incertos da cidade.

Ao contar sobre as transformações da vila em bairro, esbarrou, vez ou outra, na saída de muitos de seus vizinhos e nas pressões que motivaram, e ainda motivam, essa saída (IPTU mais caro, devido ao novo zoneamento do bairro como centro, condições de vida mais instáveis devido ao desemprego, alto custo de vida e tantas outras questões que se acumulam e exigem decisões urgentes). Ela elenca essas questões como naturais, como se a movimentação dos trabalhadores fosse algo necessário no processo de crescimento da cidade, redimindo-se de qualquer pesar quando indica que a retirada de certos vizinhos garantiu que conseguissem “ganhar um dinheiro”.

Tudo isso fez com que eu observasse mais de perto os processos de “desordem” na vida de dona Ana Maria, que em um primeiro momento sentiu indo morar nos loteamentos

recém abertos para os “populares”, sem infraestrutura e distantes do que compunha as necessidades dos trabalhadores – trabalho, atendimento médico, escola, usos dos espaços da cidade, compra de mercadorias etc. Essa condição fortalecia a distância que tinha da “Uberlândia se expandindo” na passagem da década de 1960 para 1970. Uma expansão propagandeada até os dias atuais como o “salto de melhoria” para as condições de vida dos moradores, como se não existissem distinções classistas entre eles.

Nesse momento tão áureo dona Ana Maria não conseguiu os postos de trabalho que aspirou enquanto “filha de trabalhador” durante a década de 1970. Nas indústrias que chegavam, não passava nos testes, seja pela falta de estudo, seja por não apresentar os tais requisitos necessários, “eu era muito miudinha pra trabalhá na produção”. Mesmo que não enfatize esses momentos como limites da sua participação nas benesses da cidade e, sim dificuldades que “já passou, né?”, essas contradições, presentes no que via como progresso e desenvolvimento, abrem brechas para apontar as exclusões, disputas e práticas de exploração que fizeram e fazem parte da feitura de Uberlândia, e da imagem da industrialização como um benefício para a cidade e, em particular, para os trabalhadores, por abrir postos de trabalhos e possibilidade de emprego com carteira assinada.

Contudo, a desordem do desenvolvimento que elenca hoje – enquanto modo de vida dos trabalhadores – é o que reconhece como parte das relações sociais que não acompanharam o “desenvolvimento”, isto é, que não deviam mais compor a sua cidade. Ao se casar em 1976, ainda foi morar na Vila Brasil, um pouco acima de onde seu pai morava, pois quando mais quadras subisse mais barato o preço do terreno. No entanto, construiu ao lado de seu marido uma condição de trabalhadores que avalia atualmente como “estável”, mesmo que no início reconheça, “foi tudo muito difícil”. Pois o que interessa ressaltar é que hoje seu marido é um engenheiro bem colocado em um dos grupos empresariais mais importantes de Uberlândia e, portanto, contribui, satisfatoriamente, para manter e, quando convém, transformar seus modos de viver de trabalhadores que alçaram a classe média.

Esse foi o marco significativo de mudanças na sua relação com a cidade e na sua condição social. Ao deixar de se ver e viver como “vilena” partilha com muitos outros

moradores noções contraditórias sobre o pertencimento social, permeando condescendências, recusas e identificações com os trabalhadores, problematizando as relações que construiu e almejou na cidade.

Com esse encaminhamento, entendo que a vida de determinados trabalhadores da cidade pressiona para que encaremos as mudanças em seu fazer, deixando para trás, na produção do conhecimento histórico, as explicações que amenizam e, às vezes, até ignoram a intensidade das disputas que foram produzidas. Pois, não são as fontes orais que negam essa linearidade e a solução planejada para a organização social, é a dinâmica das relações, expressas também em outras fontes, que permitem colocarmos em movimento as certezas e explicações sugeridas, há muito, em nosso métier.

As limitações, de moradia e trabalho, que agora não fazem parte do que dona Ana Maria sugere como seu lugar na cidade, aponta uma avaliação de quem sofre com os resultados do que resumiu como “muita pobreza”. Ou melhor, daqueles que nas disputas pela cidade, são nominados como “de fora”, ou ainda que não fazem parte de certo projeto de cidade, “os mendigo começô a vim pra cá [...] veio migrano né? [...] gente que não tinha condição nenhuma [...] sem tê o que fazê aqui, e Uberlândia começô a tê, assim, esse tipo de gente, esse tipo de violência”.

Dona Ana Maria sabia que eu estava ali para produzir um trabalho sobre a cidade e tinha, tanto ela como eu, considerado sua experiência representativa das relações e inquietações sobre esse processo histórico. Portanto, queria me contar coisas que, pela minha idade, sabia que não tinha vivido, quando muito, ouvido falar. Além disso, ainda que estivesse disposta a me contar “a história da cidade”, tinha como suposto a sua importância para produzir essa narrativa, onde o diferencial que trazia, ao contar essa história, era as transformações que produziu no seu viver.

Ela queria que alguém a escutasse e, nesse sentido, eu estava ali para isso, mas não apenas para isso. Concordo com Portelli (2005: 52), quando diz que a preocupação ou o princípio do uso das entrevistas não deve ser que “daremos voz” a esses sujeitos, ao contrário, a intenção deve ser nos colocarmos em diálogo e enfrentamento com o que dizem, a partir da nossa escuta. Pois, como o autor indica, essa é a parte difícil, já que a “escuta é provocativa, é uma escuta que é um desafio”. Ao procurar dialogar com as

contradições, valores desiguais, transformações, tensões e sonhos, evidencia-se a polêmica, as pressões e os limites dos enfrentamentos que estamos, ou não, dispostos a fazer. Esse é o percurso da produção não só das entrevistas, mas de nossa escrita, de nosso olhar para o que é vivido em sociedade.

Fazemos isso, constantemente. Nossas práticas trazem o que vivemos. Portanto, o trato e seleção das fontes, a escrita histórica e os debates que promovemos são permeados do que somos, do que acreditamos e do que queremos para o mundo que vivemos. Um procedimento teórico e metodológico expresso em escolhas políticas. A experiência social nos coloca como parte da feitura do processo histórico. Assim, não há como sairmos ilesos de nossas marcas na história.

## Fontes

- Entrevista da autora com dona Ana Maria, realizada em 10 de agosto de 2006.
- MENDES, Maria Dolores. No mutirão: alegria, união, participação. *Jornal Participação*, Uberlândia, 21 de agosto de 1984, p. 05.
- PORTAL MEGAMINAS. Eu amo meu bairro. Moradores do Esperança em Uberlândia falaram sobre problemas. 06 out. 2010. (Vídeo) Disponível em:  
<http://megaminas.globo.com/video/2010/10/06/eu-amo-meu-bairro-moradores-do-esperanca-em-uberlandia-falaram-sobre-problemas> Acesso em: dez. 2010.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Paulo R.; CALVO, Célia R.; CARDOSO, Heloísa P. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Organizado por Heloísa Helena P. Cardoso e Maria Clara T. Machado. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 11-38.
- FENELON, Déa R. (Org.) *Cidades*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- FREITAS, Sheille S. de. *Por falar em culturas...* Histórias que marcam a cidade. Uberlândia - MG. 2009. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.



- MOURA, Gersa G.; SOARES, Beatriz R. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 10, n. 32, p. 22-40, dez. 2009.
- NAVES, Agnalda R. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Infantil no Bairro Esperança, em Uberlândia-MG. 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.
- PORTELLI, Alessandro (2004). “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: *Muitas Memórias, Outras Histórias*. Organizado por Déa R. Fenelon et al. São Paulo: Olho d’Água.
- \_\_\_\_\_ (2005). A lógica das narrativas e a aprendizagem da diferença na pesquisa de campo. In: *Oralidade e subjetividade: os meandros infinitos da memória*. Organizado por Dulce C. A. Whitaker e Thelma Maria G. Veloso. Campina Grande: EDUEP.
- ROLNIK, R. É possível política urbana contra a exclusão? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Ed. Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002.
- SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. Ser trabalhador na cidade : relações de classe em Uberlândia. Fins do século XX e início do século XXI. 169F. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.